

# Os interesses contra a saúde do brasileiro

JORNAL DE BRASÍLIA 11 FEV 1970

Demócrito Moura (AE)

O ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado, aproveitou recente viagem ao interior da Bahia, para fazer um rápido balanço de sua atuação, prevendo o próximo fim de sua participação no governo federal. Além de explicar porque continua precária a saúde da maioria dos brasileiros, deixou um importante e corajoso depoimento.

Revelou ter sofrido fortes pressões contra sua atuação em defesa da saúde coletiva, queixou-se dos insuficientes recursos para atendimento das necessidades sanitárias do país e admitiu que no Brasil a saúde da população ainda não é julgada prioritária, «porque não rende lucros». Criticando os adversários de sua atuação, denunciou:

«Eles acham que saúde é um mau negócio, que não contribui em nada para o tão comentado Produto Interno Bruto. Para eles, seria preferível a doença, que rende divisas. Nunca teremos uma democracia plena, enquanto os ricos continuarem exigindo maior conforto e os pobres passarem fome ou morrerem sem assistência médica».

A denúncia do ministro Paulo de Almeida Machado deve estar baseada em fatos comprovados. Seu depoimento ressalta a mais grave distorção de uma política nacional, que torna o desenvolvimento econômico superior ao social. É uma distorção que permite a proliferação das doenças, para se omitir da promoção da saúde.

Mas os adversários do ministro Paulo de Almeida Machado deveriam demonstrar que é justo obter o desenvolvimento econômico do país com uma população desnutrida, minada por doenças infecciosas e exposta à morte sem direito a uma participação no aumento do Produto Interno Bruto, gerado por seu trabalho.

Na viagem ao interior da Bahia, o ministro da Saúde observou o andamento das obras de saneamento básico no esquecido município de Uauá. Para o ministro, saneamento é indispensável à promoção da saúde de qualquer comunidade. E isso ficou comprovado em Uauá, onde o Ministério da Saúde custeou as obras de saneamento.

Com apenas Cr\$ 7,7 milhões, que apresentaram um investimento de Cr\$ 1.300 por habitante, o Ministério da Saúde ofereceu à população de Uauá: rede de água tratada, privadas sanitárias, postos de saúde, lavanderia pública, melhoria de habitações, além de um hospital com salas para cirurgia, internação de emergência e educação sanitária, por exemplo.

Comparando o quase simbólico investimento por habitante com o retorno em benefícios para a saúde da população, o ministro Paulo de Almeida Machado argumentou que a experiência pioneira em Uauá pode ser estendida a todos os municípios igualmente carentes no país, onde a falta de saneamento assegura a transmissão de doenças.

Embora ressaltasse a importância insubstituível do saneamento básico para a elevação dos níveis de saúde da população, o ministro Paulo de Almeida Machado arriscou-se a mostrar como as obras desse setor, já implantadas no Brasil, são «uma gota de água» em relação às atuais necessidades da maioria de seus habitantes.

Recusando-se a identificar os adversários de sua atuação, o ministro da Saúde apenas limitou-se a criticar «pessoas e Ministérios, que qualificam de paternalistas a política e os programas de saúde pública», parecendo aludir aos ministérios da área econômica. Em suas críticas aos adversários, argumentou.

«Esquecem-se de que, se executarmos programas semelhantes ao de Uauá em todos os municípios brasileiros, em breve o investimento passaria a ser lucrativo, porque não seria necessário gastar tanto dinheiro no controle de endemias e pouparia os recursos da Previdência Social no tratamento de doentes».

A argumentação do ministro da Saúde é correta. Explica porque continua precária a situação sanitária do país, embora não permita uma previsão menos sombria, a curto e a médio prazos.